



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 84**

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 22-12-2004

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, João Pires da Rosa, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, Maria Fernanda Santos Henriques Cunha, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Liz Miguel Marques da Silva, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Domingos José Barreto Cerqueira e Joaquim Manuel da Silva Marques.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva e Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos António Fernando Ribeiro Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes e João Pires da Rosa, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira e Victor Manuel da Silva Martins, se fizeram substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro, Maria Fernanda Santos Henriques Cunha e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa:

*“Na última reunião não assinalei a eleição do novo Secretário-geral do Partido Comunista Português — O Deputado Jerónimo de Sousa. Que eu conheço do Parlamento e que já andou em evidência numas eleições presidências — e que é uma pessoa notável. É um homem inteligente, aculturado e com piada natural. É portanto um quadro distinto da política nacional. E assinalo também a saída do Deputado Carlos Carvalhas que conheço há muitos, muitos anos. Que acompanhei ainda ele era um activista discreto do Partido Comunista, mas que pertencia (como eu pertenço) ao Movimento da Paz. Depois foi deputado (e eu também era), depois esteve no Conselho da Europa (eu também estive), depois esteve no Parlamento Europeu (eu já lá estava). É uma pessoa extremamente amável, correcta e delicada. Foi também uma figura notável da democracia pós 25 de Abril e já era um activista antes do 25 de Abril. Peço desculpa no outro dia não ter feito referência.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Era para fazer uma proposta do seguinte teor: Propunha à Câmara que fizesse uma visita guiada às instalações dos serviços municipais instalados na “Fábrica Gerónimo Pereira Campos”, para que os eleitos da Assembleia Municipal as possam conhecer.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

*“Só para dizer que a observação da senhora deputada é totalmente pertinente. Nós temos intenção de o fazer. Só ainda não aconteceu porque há pequenas coisas que têm de ser ultimadas e nós gostávamos de promover a visita com tudo a funcionar em pleno e com todas as pequenas intervenções que neste momento ainda não estão feitas — é só essa a razão.*

*De resto, o momento mais crítico da transferência já teve lugar; os serviços estão a funcionar em pleno, mas há de facto duas ou três coisas que gostávamos de completar. E também não nos pareceu que esta altura fosse a mais oportuna, mas em Janeiro certamente que essa visita será feita.”*

### **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

*(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)*

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

### Membros da Assembleia

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

**A**

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Orlando Terra Sêca (PS)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Orlando Terra Sêca (PS)

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

**B**

*“Senhor Presidente, Srs. Deputados, na última reunião da Assembleia Municipal trouxe aqui o assunto do Conselho Municipal de Segurança relativamente aos Guardas-nocturnos. O Sr. Presidente da Câmara respondeu que “esse assunto já tinha vindo à Assembleia”. Como é óbvio fui fazer uma pesquisa à memória e à minha memória fundamental que são os papéis, os registos, e reconheço que na Sessão de Dezembro do ano passado o Sr. Presidente da Câmara trouxe a esta Assembleia um conjunto de regulamentos cuja origem assenta na transferência de competências do Governo Civil para as Câmaras Municipais. E nesse conjunto de passagem de competências reconheço que estava lá um regulamento sobre os Guardas-nocturnos.*

*Agora, na mesma Sessão em que aprovámos a possibilidade de a Câmara ter Guardas-nocturnos e tantas outras coisas, nós não fizemos nenhuma discussão sobre as necessidades de segurança que conduziriam à implementação dos Guardas-nocturnos no nosso concelho. Nem nessa altura nem nunca!? Dirá o Sr. Presidente que não é competência da Assembleia. Verdade! Nós somos uns incompetentes nessa matéria — é assim mesmo. Mas convenhamos Sr. Presidente, que as questões da segurança dos cidadãos do concelho dizem respeito a todos e em particular a esta Assembleia.*

*E um membro da Assembleia Municipal ter conhecimento desta alteração por um elemento que está no Conselho Municipal de Segurança, em que foi informado (não foi discutido) no próprio Conselho sobre o que estava a ser criado, parece-me pouco adequado a uma abordagem desta temática junto de um órgão deliberativo do concelho. Porque não é coisa pouca a Câmara Municipal decidir criar de uma assentada, vinte e três áreas para Guardas-nocturnos em oito freguesias do concelho. Não é coisa pouca!? Mas nem sequer na Comunicação vem!*

*É esta a estratégia da Câmara? (É legítimo perguntar) É esta a estratégia da Câmara para os problemas da segurança e da tranquilidade pública em Aveiro? É com a criação de vinte e três Guardas-nocturnos que ninguém sabe quem é que paga, que resulta da caridade das entidades... é assim que está no Regulamento Sr.ª Deputada. Eles não são pagos. São pagos por aquilo que lhe queiram dar voluntariamente. Ou seja, temos uma estratégia de segurança que se baseia em pessoas remuneradas desta maneira. Será que isto é o reconhecimento do fracasso da Polícia Municipal?*

*Ou será que a Câmara está de alguma maneira a fazer uma crítica às soluções de segurança pública feita pelo Governo?*

*Estamos em perfeito desacordo sobre o método, sobre o caminho e sobre a dimensão que é dada a este problema.*

*Segunda questão, processos judiciais. 62 processos judiciais em Junho; 72 processos judiciais em Setembro; 86 processos judiciais em Dezembro — é sempre a subir! Em particular aqueles que têm a ver com a cobrança de dívidas (15 em Setembro, 35 em Dezembro). Quando que isto se vai inverter, Sr. Presidente?*

*Também queria perguntar porque é que as associações de pais do concelho foram informadas que a partir de agora não há diálogo com a Câmara — quem fala com a Câmara são os agrupamentos!? Não será isto o contrário da participação. Não será isto uma forma de centralismo burocrático? Em que se impede as estruturas representativas dos pais com o vereador do pelouro. E como é que se resolve quando houver bloqueamentos ao nível dos agrupamentos, face às questões que são colocadas pelos pais e pelas suas associações?*

*Quarta questão. Contrariamente a um deputado municipal que disse que estes balancetes não incomodam ninguém, que não têm interesse... Eu acho que apesar de tudo, aqueles que nós conseguimos ler, têm algum interesse. Eu mantenho que esta informação é vital para conhecer a actividade do município e a actividade das instituições em que a Câmara está envolvida.*

*Eu da leitura de um dos balancetes coloco as seguintes questões (Teatro Aveirense): 524 mil euros de resultados negativos neste balancete! 290 mil euros de fornecimentos externos! 268 mil euros de custos com pessoal! Receitas 186 mil euros (160 mil de vendas e 26 mil de subsídios). Portanto há aqui um desequilíbrio neste balancete, neste período concreto, de 400 mil euros — a que se juntam os resultados negativos.*

*As contas só dão certas ao fim porque está lá registado um empréstimo da Câmara de 793 mil euros!?*

*O Sr. Presidente escreve na sua Comunicação sobre a programação, da qualidade da programação, BRAVO. Mas o que é legítimo perguntar é até onde é que pode ir? O que é que está planeado em termos de investimento da Câmara para suportar um tão grande défice de exploração. Não se responda a isto dizendo ‘vamos melhorar a programação. Por muito que se goste de Cultura a Câmara não pode ir até ao infinito neste caminho.*

*Por último as contas. Quanto a números não acuso ninguém, porque infelizmente neste município são os números que acusam. O Tribunal de Contas não são contas do meu rosário, do PCP. Para além de uma reacção inicial antes de ter informação, já tive oportunidade de em entrevistas e em declarações reconhecer o lapso em que o Tribunal estava a incorrer. Agora, o que não está de lado é caros companheiros é (50% por cento é uma previsão optimista) a execução orçamental em 2004 ser inferior a 50%.*

*A informação do Sr. Presidente é datada de 13 de Dezembro. E o que nós temos de execução orçamental nessa data. Temos 34,6% por cento nas despesas de capital e 35% por cento nas despesas correntes. Ou seja, no global vamos ficar mais próximos dos 40% do que dos 50% de execução orçamental — a não ser que tenham alguma solução de última hora. De facto é uma lástima esta execução orçamental!*

*Um dado que é preocupante. É que repetidamente nas informações deste ano, nós vemos que as despesas correntes são superiores às despesas de capital. Ou seja, a Câmara já está a investir menos do que aquilo que gasta na sua própria manutenção.*

*Por isso quando o Sr. Presidente fala em que não há diminuição do investimento, não é verdade. O município que nesta altura do ano, no ano passado tinha investido 76 milhões, nesta altura tem gasto 43 milhões — o que significa uma quebra de 38 milhões euros relativamente ao ano passado. E nas despesas de capital (no investimento) essa queda é de 54 milhões de euros para cerca de 20 milhões de euros nesta altura do ano.*

*Quanto à dívida não financeira. É verdade o que o Sr. Presidente diz, segundo estes números, da redução entre Setembro e Dezembro, mas (e o Sr. Presidente sempre diz que a dívida deve ser vista cruzada com a dívida que o Estado deve à Câmara Municipal de*

*Aveiro) aquilo que chamo a atenção caso não tenham reparado, é que feito esse acerto que o Sr. Presidente tanto estima, comparando Dezembro do ano passado com Dezembro deste ano há um aumento da dívida não financeira de 26.000 para 26.900 milhões de euros!? Portanto, há um aumento absoluto da dívida.*

*Mas, Srs. deputados, o número não pode ser visto no abstracto ou só por si. Tem de ser visto na relação com as receitas da Câmara. E essa relação, enquanto no ano passado estes 26 milhões de euros representavam 31,9 % das receitas globais da Câmara, havia uma relação em que a dívida andava à volta de 1/3 das receitas arrecadadas, este ano representa 62% das receitas arrecadadas até esta altura! Ou seja, o peso da dívida nas receitas municipais é o dobro.*

*Foi colocado aqui pelo Dr. Jorge Nascimento, questões relativas à verdade da dívida. O Dr. Jorge Nascimento não é obrigado a conhecer as posições que o PCP vai tomando nesta matéria, mas é um facto que em conferência de imprensa do PCP e noutras tomadas de posição, nós temos vindo a colocar a questão da credibilidade dos números da dívida da Câmara Municipal de Aveiro.*

*Para além do que disse o Dr. Jorge Nascimento, há os factos que vieram para cima da mesa em torno do processo da Filarmonia das Beiras. Em que ficou claro que serviços efectivamente executados já pela Orquestra não estavam registados na dívida porque não havia requisição do serviço e não havia factura — no entanto o serviço estava efectivamente prestado.*

*Portanto, tendo em consideração esta falta de confiança na verdade dos números da dívida, nós equacionámos no PCP a possibilidade de pedir uma auditoria. Estou em condições de anunciar que tomámos a decisão de avançar para esses pedido.*

*Portanto até ao final do ano formularemos junto do IGAT o pedido para que seja realizada uma auditoria às contas do município de Aveiro neste particular. Isto é: que o IGAT contacte cada uma das entidades com que a Câmara mantém relações institucionais e económicas no sentido de lhes perguntar relativamente a 31 de Dezembro se confirmam ou não a dívida que a Câmara diz ter. Para que essas entidades digam se sim ou não — correndo o risco de se disserem não... vamos avançar com esses pedido ao IGAT até ao final do ano.”*

Vogal Mário Pinto (PS)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito satisfeito fico de ver que já está quase concluído o parque de estacionamento no canal de São Roque, no âmbito de um programa de recuperação urbana que é sem dúvida importante. Pena é não ter tomado um caminho melhor por todo o nosso país. Continuo no entanto sem uma resposta a uma pergunta já aqui colocada por mim, da qual me recordei, ao ver na página seguinte «também se salienta o início das fundações do novo mercado Manuel Firmino».*

*Sem dúvida, para além de em Aveiro o Polis não ter sido tanto um projecto urbano, mas também de recuperação de alguns imóveis, temos aqui um caso que eu continuo sem perceber, que é: como é que se deixa de ter um projecto de recuperação dum determinado imóvel, com muito significado na cidade, e vamos substituí-lo por um projecto que não é público, por um projecto que não é de recuperação, por um projecto novo, no âmbito de uma recuperação!? Como é que isto foi encarado ao abrigo do Programa Polis? Continuo sem perceber. Não sei por que é que ainda não veio uma resposta clara e objectiva a esta questão.*

*Uma outra questão é relativamente ao período que decorreu de participação pública para a revisão do PDM.*

*É bom que haja efectivamente a participação pública. E espero, sinceramente, que com o novo Vereador as coisas possam realmente ter uma participação profícua e que seja benéfica para Aveiro. O que me parece que não tenha acontecido neste primeiro período, quando é um período em que não temos um documento em cima da mesa para discutir, não temos nada, e surgem apenas a meu ver sugestões avulsas e de interesses particulares. De qualquer forma é bom e de saudar, que haja esta participação.*

*Gostava ainda que me esclarecessem relativamente a um outro ponto que aparece aqui na página 27. Diz que (e passo a citar) foi elaborada uma alteração sujeita a regime simplificado conforme estabelecido no decreto-lei 310/2003 de 10/12. Em concreto pretende-se corrigir uma situação de acerto pontual dos limites de zonas de construção na continuidade de manchas de construção pela incorrecta identificação das mesmas.*

*Eu gostava que isto fosse um bocadinho mais esclarecido porque segundo julgo saber, não se pode em regime simplificado alterar tipos de zonamento no PDM. Portanto, como é que em regime simplificado, embora seja correcção, se pode alterar o uso de solo?*

*Por último e já não tanto do desenvolvimento territorial, mas da nossa cidade e das decorações de Natal, eu gostava de deixar a minha opinião muito sincera do que se tem vindo a fazer na rotunda das pontes. Começa já com um sentimento que surgiu no EURO com aquela “bola” que lá esteve (que muito apreciei a estrutura de ferro), mas que depois as bandeiras a vieram estragar porque não tinham visibilidade suficiente. Agora no Natal... parece-me que à noite a “árvore” até pode funcionar, contudo de dia, sinceramente, acho fica muito mal — parece uma rede de galinheiro! Eu não sei o que lhes passou pela cabeça. Pensaram na noite, não pensaram no dia.*

*E por agora, é só.”*

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

*“Já agora queria fazer aqui umas considerações — já há noutros sítios. Eu acho que em Aveiro deveria haver um “Provedor dos Deficientes”. Bem, e já agora das crianças por causa dos carrinhos de bebé, e já agora dos idosos que andam de muleta e tal.*

*Como é que se devia chamar isso e como é que isso se deveria funcionar? Penso que poderia um genérico que poderia ser “Provedor da Mobilidade”. Como há agora a empresa poderia ser o “Provedor da Mobilidade”. Como e onde é que isso poderia funcionar (e falo para os Vereadores que estão aqui quase todos), penso que na empresa agora criada da MoveAveiro ou Câmara ou na Assembleia. Depois poderia ser um cargo honorífico e gratuito — penso que haverá quem aceite ser “Provedor” sem ganhar dinheiro nenhum. Talvez eu próprio aceite isso quando deixar de ser membro da Assembleia. Tinha é que ser um lugar em que os pareceres e os palpites e as propostas e as sugestões desse Provedor tinham de ser acatadas. E a Câmara tinha de disponibilizar os funcionários e um automóvel para ir ver os sítios, porque Aveiro também é Oliveirinha. Aqui na cidade as pessoas saem, vão tomar café, dão pelas falhas dos passeios, mas para saber essas coisas em Oliveirinha tem de se lá ir — quem diz Oliveirinha diz outros sítios.*

*Seria o Provedor da Mobilidade. As pessoas que não têm deficiências ou dificuldades ou não tenham de cuidar de quem tenha, não fazem ideia das dificuldades que há. Por exemplo: os passeios da Avenida que ainda têm calçada à portuguesa (a maior parte está destruída e tal), fazer 100 metros a empurrar uma cadeira de rodas é preciso ser atleta porque a cadeira de rodas tomba. E se for o próprio deficiente a empurrar a sua própria cadeira de rodas não consegue. Já há cidades onde já há isso; e os cegos que dão cabeçadas nas placas que estão postas mal e os algerozes que não estão a funcionar —*

*quando chove a água dos telhados vem para os passeios porque estão entupidos ou cortados e a água corre directamente para o passeio. E os muitos passeios que não têm largueza para uma cadeira de bebé. Bem... são muitas coisas; se calhar nem custa muito dinheiro remediar e podia melhorar a qualidade de vida de muita gente.*

*E esse Provedor talvez pudesse também estudar os horários dos autocarros. Se fosse um profissional poderia estar nas paragens e entrevistar as pessoas. É uma ideia que deixo e a Câmara pode conversar como é que isso pode ser resolvido.*

*Depois o problema das ciclovias começa a ser complicado. Porque agora os ciclistas em Aveiro deixaram de estar sujeitos ao código de estrada!? Circulam pelos passeios mesmo que não estejam adstritos a velocípedes — e circulam mal e perigosamente para eles e parar os outros. Pormenores! Não sei.”*

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD):

*“Sr. Presidente, subscrevendo essa ideia do Provedor da Mobilidade, que dentro dessa figura existisse uma secção exactamente junto dos serviços técnicos da Câmara, nomeadamente, junto do urbanismo e das obras particulares, para que não fosse esquecido na gaveta muitas vezes o 193/97, que é exactamente o Decreto-Lei que regula a mobilidade nas cidades e edifícios públicos e que não é cumprida por uma grande parte dos edifícios do nosso município.”*

Vogal João Barbosa (PS):

*“Sr. Presidente, eu quero felicitá-lo por ter colocado aqui um problema que é muito caro aos Presidentes de Junta. Eu quero recordar que desde há muitos anos tenho falado nessa situação até na cidade. Porque penso que os técnicos da Câmara são pouco sensíveis a estas situações. Nós vimos que se colocam os candeeiros e as árvores no meio dos passeios, os carrinhos de bebé não passam e até lhe dou um exemplo flagrante da sensibilidade dos técnicos da Câmara. Na nova sede da Junta de Freguesia da Vera-Cruz (onde temos agora uma enfermaria) no interior da Junta existe uma rampa para os deficientes se moverem, no entanto, para os deficientes se deslocarem à Junta temos que pedir um empilhador aos Bombeiros para poderem entra lá para dentro.*

*Isto é uma das situações flagrantes daquilo que os técnicos da Câmara fazem. Fizeram rampa lá dentro, esqueceram-se de o fazer cá fora! Era só isto.”*

Da Câmara Municipal

C

Presidente da Câmara:

*“Sr. Presidente, boa-noite a todos. Eu vou começar por esta última questão porque realmente nesta matéria nada nos pesa na consciência. Em relação à ideia do provedor dos deficientes e de pessoas com mobilidade reduzida quero dizer-vos, numa atitude muito séria, muito conseqüente de verificar todo o espaço público e de instituir uma cultura dentro dos técnicos da casa de na análise dos projectos façam respeitar aquilo muitas vezes (senhor Arqto. Gustavo Barros), os senhores arquitectos não respeitam, que são essas regras de mobilidade reduzida. Temos tido esse cuidado de na análise dos projectos deverem respeitar essas regras que tantas vezes os senhores arquitectos privados não fazem respeitar e nós temo-las feito respeitar na análise dos projectos privados e públicos. O caso que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia referiu deve-se ao facto de ainda não estarem concluídos os arranjos exteriores — e certamente que a rampa será colocada.*

*Nós sabemos que há muito ainda para fazer. Não se muda isto e todas as barreiras arquitectónicas no espaço de dois anos ou três. O Vereador Eduardo Feio (justiça lhe seja feita) tem tido uma preocupação constante. E nós só pudemos agradecer para que nos*

*alertem para as situações que no vosso dia-a-dia sintam porque faremos os possíveis para as ultrapassar.*

*Sr. Armando Vieira. Hoje não estive nos seus dias felizes. Teve aí um momento particularmente infeliz para com os seus colegas Presidentes de Junta procurando dar-lhes lições sobre a forma de defender os interesses das Juntas. Não me pareceu que estivesse muito feliz, mas cada um sabe de si.*

*O que os Srs. Presidentes de Junta reconhecem no terreno e reconhecem na realidade é que de facto a situação é difícil para todos. E deixe-me dizer o seguinte (deixe-me usar o seu mote) a Câmara não fez algumas coisas, mas o Sr. Presidente não conseguiu identificar muitas coisas que a Câmara não tivesse feito — mas fizemos muitas. Olhe, em Oliveirinha fizemos algumas que nem queria repetir. A freguesia de Oliveirinha além de ter quase tudo feito ainda não tem saneamento, mas foi brindada no último ano com um campo relvado e a requalificação de todo o parque desportivo. Eu compreendo que se tenha esquecido, mas tomaram muitas Juntas de Freguesia num ano de recessão e de crise ter tido um benefício como esse.*

*Eu estou convencido e por termos tido uma conversa com os Presidentes de Junta em relação aos duodécimos, que frise-se para quem não saiba, eram transferências extraordinárias não devidas por lei, atribuídas pela Câmara Municipal para reforçar as finanças magras das Freguesias (e isso foi dito no princípio do ano), só seriam feitas essas transferências se o ano económico-financeiro tivesse sido um sucesso (isso não aconteceu) e portanto, os senhores presidentes foram sendo ao longo do ano advertidos de que não deveriam ter expectativas em receber essas verbas. Não se trata de dívida. O Sr. Armando Vieira sabe que o que está no orçamento são estimativas, não são dívidas. Dívidas são aquelas que resultam de contratos ou de compromissos assumidos e não cumpridos. O que está no orçamento são estimativas de receita e estimativa de despesa — e isso foi explicado e recordado naquela reunião em que acertámos o orçamento no início do ano passado.*

*Eu até creio que este é o ano em que devemos menos às juntas de freguesia, não obstante as dificuldades.*

*Sobre a SIMRIA gostava de dizer o seguinte porque o alerta que foi aqui feito é um alerta que nos deve preocupar a todos. Eu não quero atacar pessoas, mas quero criticar veementemente os procedimentos. Acho que o que se está a passar neste processo é uma outra vez gestão danosa do interesse público. Há três anos que este governo está em funções com estas administrações investidas das competências próprias e eu queria-vos dizer que nós Câmara de Aveiro, uma vez mais, tem vindo a ser desenvolvido o projecto de execução e nós sabemos pelos jornais daquilo que se está a passar. Isto eu considero uma atitude absolutamente irresponsável. Porque a última vez que isto aconteceu tudo teve de ser refeito porque obviamente a Câmara de Aveiro tinha uma palavra a dizer. E eu espero que as entidades responsáveis nomeadamente a REFER, a SIMRIA, e a APA, que são as entidades que estão a intervir no projecto de execução, tenham o bom-senso e a responsabilidade de quem está a gerir os investimentos públicos de ouvirem a Câmara de Aveiro sobre o projecto de execução. Eu tenho a certeza que ninguém nesta sala deixará de acreditar que é absolutamente inacreditável e intolerável, que um projecto desta importância que é estratégico para esta região, ao fim de mais este tempo todo continue a ser desenvolvido nas costas ou ao lado e sem conhecimento ou participação activa da Câmara Municipal de Aveiro. E, portanto, sem atacar as pessoas, as pessoas são também responsáveis pelos procedimentos; isto é absolutamente insuportável.*

*Depois Sr. Deputado Coimbra, queria dizer que a 'Agenda' apareceu desta vez a tempo. E estamos de facto a providenciar para que os nossos serviços na Fábrica Campos possam ter acesso a refeições no IEFP (através de um protocolo) que tem uma cantina ali mesmo.*

*A Avenida Lourenço Peixinho. Nós temos claramente a noção de que é necessário fazer uma intervenção urgente de requalificação. Como se recordarão chegámos a abrir um concurso para o efeito. É uma obra de grande importância e de grande significado financeiro também, e nós temos de gerir prioridades e os escassos recursos que temos. Era mais importante fazer outro tipo de intervenções que estamos ainda a fazer, e a seu tempo (penso que no próximo ano) poderá avançar a requalificação de toda a Lourenço Peixinho. Com algumas ideias força que já são conhecidas de todos vós e que espero possam contribuir para a revitalização da Avenida, que é o nosso ex-libris.*

*Ainda sobre a intervenção do Prof. Manuel Coimbra, para lhe explicar (porque não é jurista de formação) uma coisa que se chama a abertura do ano judicial, que faz com que haja um afluxo de processos anormal nessa estatística, que depois ao longo dos meses vão sendo extintos com as respectivas resoluções. Portanto, esse aumento repentino deve-se, creio eu, à abertura do ano judicial e à facilidade com que agora as empresas podem accionar os entes públicos.*

*Iluminações de Natal. Também acho que a árvore de Natal não esteve muito feliz. Temos iluminações muito boas, temos outras menos felizes. Enfim, não queremos impor o gosto a ninguém. As iluminações foram resultado de uma intervenção das pessoas e esperemos que também no próximo ano com a colaboração da Associação Comercial, que este ano foi muito eficaz, possa de facto melhorar.*

*Arq.to Gustavo Barros, o regime simplificado. De facto o que nós tentámos resolver foi a questão do ponto de vista técnico na faixa dos 20 metros, quando há erros. Isso pareceu-nos que a lei permitia. Entretanto, também lhe queria dizer que CCDR nos deu parecer negativo porque a faixa não eram apenas 20 metros. Portanto foi dentro da lei que tivemos esta diligência.*

*Quanto ao Manuel Firmino, não entendi muito bem o que disse!? Porque realmente o projecto é público, foi apresentado, a estrutura exterior vai ser similar àquela que existia, as obras têm beneficiado do bom tempo e o projecto está a correr em bom curso. Todos nós queremos o Mercado reconstruído. Mas se quiser defender publicamente a demolição e não construção do Mercado Manuel Firmino, está no seu direito.*

*Depois sobre a Filarmonia das Beiras. Houve aí uma série de equívocos, de boatos que foram veiculados para o plenário e que têm de ser contrariados sem nenhuma ambiguidade. O que está escrito na Comunicação não é que a Câmara de Aveiro tenha celebrado contratos com os músicos. Está dito que houve um acordo com os músicos — que é algo substancialmente diferente. Não está escrito em lado nenhum que a sede da instituição passe para Coimbra. Isso é puro boato. Ouvi isso hoje pela primeira vez. Portanto a boa notícia que quero confirmar é essa que vem aí na Comunicação.*

*Foi possível chegar a um acordo no seio da Direcção e com os músicos, para que seja convocada uma nova Assembleia-geral que reveja a decisão que tinha sido tomada e que estabeleça as bases para que a orquestra possa ter um ano de 2005 com normalidade. Houve uma deliberação de extinção, mas ainda não estava juridicamente extinta. E não estando juridicamente extinta, havendo acordo dos associados pode continuar. Esperemos que renascendo com mais força e com maior participação designadamente do mundo empresarial — e há boas indicações nesse sentido. Portanto, nesta matéria temos todas boas razões para estar satisfeitos. Valeu a pena reagir, valeu a pena negociar. Penso que vai valer a pena termos connosco de novo a Filarmonia das Beiras com a qualidade que nos habituou.*

*Ligação ao IP5 de Sá-Barrocas. A Câmara não desistiu, não desistirá, e o Sr. Ministro António Mexia até nos deixou a expectativa que iria aprovar. Infelizmente, julgo que não estará lá o tempo suficiente para podermos associar o nome dele a essa decisão. Portanto*

*tenho esperanças de que com este Ministro ou com outro esta ligação seja finalmente aprovada.*

*Sobre os guardas-nocturnos. Eu queria responder ao deputado Salavessa, como ele próprio referiu, a Assembleia Municipal teve oportunidade de discutir a questão e não discutiu. Agora, não me penalize por a Assembleia não ter tido esse reflexo, não ter tido essa vontade de politicamente querer discutir a matéria. A verdade é que do nosso lado tudo foi feito para que este regulamento possa ser eficaz. E, designadamente, a definição dos zonamentos — que parecem excessivos nas palavras do Sr. Salavessa, mas não são. Todos estes zonamentos, devo dizer, que foram definidos depois de reuniões de trabalho e de colaboração entre os Presidentes de Junta, a G.N.R., a P.S.P. e a nossa Polícia Municipal. Portanto, maior coordenação do que esta não pode haver. Não imagino este plenário a discutir zonamentos para actuação dos guardas-nocturnos — obviamente que não é em plenário que estas coisas se tratam.*

*Outro boato que convém desmentir e se essa informação passou não corresponde ao entendimento que temos deste caso - a proibição das associações de pais falarem com a Câmara e terem de passar pelos agrupamentos — a nossa preocupação (e eu foi testemunha duma situação que pode explicar esse comentário que foi feito) é nós Câmara, nós serviços de educação, não sermos confrontados com pedidos de associações de pais que são desconhecidos do agrupamento de escola respectivo e, portanto, duplicando às vezes os pedidos e descoordenando as intervenções que têm de ser feitas — e às vezes com pareceres negativos dos agrupamentos. Portanto, o que nós pedimos é que haja maior cooperação, maior comunicação, e não o contrário. Obviamente, temos todo interesse em receber toda a gente.*

*Finalmente, a questão financeira que é recorrente. Eu gostava de vos dizer o seguinte: eu compreendo que a função da oposição é sempre a de procurar evidenciar os aspectos maus, mas nem tudo foi mau. Aqui há uns meses eu anunciei que o passivo ia baixar e ele baixou na última Comunicação. Anunciei nessa Comunicação que ele tornaria a baixar em Dezembro, e ele tornou a baixar. Não espero que aplaudam, mas espero que reconheçam que no último semestre nós invertemos a tendência. O passivo tem vindo a sucessivamente a baixar, e isso é bom. É evidente que é um passivo alto, mas o dado que é importante retermos tendo em conta a análise da evolução financeira do município é de que o passivo tem vindo a baixar.*

*É claro que passivo é passivo (para quem tem dívidas sobre isto), mas não devem espantar-se por nós pagarmos melhor quando o Estado nos paga a nós. (ouvem-se vozes) Quando nos pagam o que nos devem, nós pagamos mais depressa e melhor. Não sei o que isto tem de extraordinário! Parece que ficaram um pouco espantados com isto. Houve aqui algumas observações que foram feitas para saber se lá está a dívida toda, se não está. Se há fornecedores que não facturam por causa do IVA. É bom que a inspecção vá ver também se as empresas estão a cumprir com as suas obrigações fiscais, porque nós aí não temos responsabilidade nenhuma. Uma coisa é certa: passivo é aquilo que é devido e não mais do que isso. E como as pessoas experientes nesta sala sabem, as obras começam, os fornecimentos são feitos, mas só temos passivo a partir do momento em que chega o momento do vencimento — isto é evidente. E portanto, não vale a pena imaginar fantasmas naquilo que é o procedimento normal de apresentação de facturas, de autos de medição e das respectivas datas de vencimento. O passivo é o que lá está. E que venham as inspecções todas que teremos muito prazer em as receber; em aprender com elas. Em 8 anos de Câmara nada de censurável (a não ser correcções de pormenor aos procedimentos) nos foi ainda criticado.*

*De resto quanto à execução orçamental. Vamos ver em Março. É claro que num contexto nacional que parece ser ignorado pelas bancadas da oposição, em que estamos numa*

*conjuntura recessiva há 3 anos (e fortemente recessiva, ao contrário do que acontece na Europa), parecem ignorar esse dado para dizer que a Câmara está a desinvestir, parecem ignorar que acabaram as obras do Estádio, e parecem ignorar que de facto estamos a chegar ao fim das transferências de verbas do III Quadro Comunitário de Apoio. Mas não deviam ignorar nenhum destes factos. E por isso, eu me espanto até muito, como é que vejo Câmaras aqui à volta doutras sensibilidades com orçamento recorde em anos de recessão! Não sei se é por terem eleições à porta. Mas registei com agrado que ninguém acusou a Câmara de este orçamento ser um orçamento eleitoralista, porque de facto não é. Ainda bem que temos uma oposição responsável nestas matérias.*

*Finalmente, queria-vos dizer, que eu na altura contestei o relatório do Tribunal de Contas. Fi-lo, com o risco de pôr o meu nome e o da Câmara Municipal de Aveiro em matéria financeira contra a credibilidade e autoridade que o Tribunal de Contas tem de ter nestas coisas. E não quero fazer disto chicana, nem achincalhar, nem desconsiderar o Tribunal de Contas. Todos nos enganamos. O que foi grave neste processo foi que excertos deste relatório tiveram aproveitamento político e jornalístico que fizeram denegrir a imagem da Câmara Municipal de Aveiro. E por isso eu reagi. E tive o prazer do Tribunal de Contas ter tido a hombridade profissional (outra coisa não seria de esperar) de oficiar a Câmara Municipal de Aveiro a reconhecer um erro de 6 milhões de euros.*

*E aproveito para lembrar que esse relatório não analisa a situação financeira das Câmaras. Não analisa a situação de endividamento das Câmaras. É um relatório que visa apenas apreciar o número de contratos financeiros (leasings, factoring, etc) que foram feitos num ano e 4 meses. Porque o Tribunal de Contas acha que esse tipo de contratos carece de enquadramento legislativo e visou com isso municiar a Assembleia da República e o Governo para que legissem sobre esta matéria. As ilações políticas que apareceram na comunicação social sobre as Câmaras, e a de Aveiro em particular, são totalmente absurdas. Só tenho pena que ao contrário daquilo que vai fazer o Tribunal de Contas, essa imprensa que divulgou essas notícias não tenha também o mesmo espaço para repor o rigor e a verdade das nossas contas. Muito obrigado Sr. Presidente.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)

*“Apenas queria saber se o Senhor Presidente não referiu Teatro Aveirense porque decidi não referir ou pôs de lado essa omissão.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

*“Eu já respondi que se o Governo nos der a prenda de natal da compensação da SISA as freguesias terão a prenda de natal. De outra forma não.*

*O Teatro Aveirense de facto passou-me aqui nas minhas notas. Mas, eu não esperava que o Sr. Salavessa viesse pretender que o Teatro Aveirense pudesse ter uma gestão de superávit ou equilibrada! Nós todos sabemos que este tipo de equipamentos culturais é deficitário, naturalmente. A não ser que queiramos apenas ter uma programação que de facto inverta os critérios a que estamos acostumados a ter.*

*No entanto, queria dizer-lhe que perante os números que pudemos constatar no primeiro ano não ficámos quietos e desenvolvemos uma iniciativa junto do mundo empresarial da região (relativamente bem sucedida) sublinhando o apoio do mecenato. E há 10 dias tivemos um encontro com empresas no Teatro Aveirense em que foi apresentado o estatuto do apoio mecenato e a angariação de sócios-empresa para o Teatro Aveirense. Contamos com esses apoios que se concretizaram e esperamos que o movimento alastre e que parte desta verba que é necessária para termos uma programação de qualidade possa advir do*

*mundo empresarial. Portanto estamos atentos e esperamos que a qualidade se mantenha sem a derrapagem financeira.*

*Aproveito para dizer que o Dr. Pedro Silva me tem acompanhado nas reuniões que temos tido na Filarmonia das Beiras.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

*“Contra factos não há argumentos, de facto diminuiu dívida! Mas aumentaram outros Sr. Presidente, que não estavam contabilizadas o ano passado e que não sendo da sua responsabilidade directa, são as que entretanto passaram a empresas municipais e que têm dívidas acumuladas e que não foram contadas.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

*“Tenho muito gosto em dizer-vos que a EMA não tem dívidas de exploração. Paga a 30 dias e as dívidas que tem são as da construção do Estádio e decorre da falta de pagamento do Estado em relação aos financiamentos a que se comprometeu em relação aos financiamentos para a sua construção. O Teatro Aveirense, têm aí os relatórios — é como vêem. A PDA está numa fase de arranque com a abertura dos 49% ao capital privado e não tem tido praticamente actividade do ponto de vista económico-financeiro que justifique.”*

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 27 de Dezembro (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:15 horas do dia 23 de Dezembro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)